

Juliane Cintra

**PRETUGUÊS:
O ALGORITMO DO
FUTURO**

Do “zap” às deepfakes: a matriz negra de significação na era digital

De maneira decisiva, as deepfakes invadiram a arena pública. Entre denúncias e alertas, esses dispositivos de violência suscitam temor e impõem urgência, antes mesmo de serem compreendidos. Nesse cenário, torna-se imperativo que este significativo seja apropriado, isto é, incorporado ao “pretuguês”, sendo, enfim, decifrado e verdadeiramente assimilado em nosso contexto.

Essa incorporação, no entanto, não está isenta de tensões. Diferentemente de outros termos que passam a integrar a oralidade cotidiana sem carregar, em si, a marca da violação, as deepfakes nomeiam práticas que já produzem danos. Traduzi-las ao “pretuguês” não significa suavizar seu sentido nem normalizar a violência que designam, mas torná-las compreensíveis a ponto de permitir o entendimento de seus mecanismos, limites e implicações. Sem esse movimento de aproximação semântica e política, tais fenômenos permanecem como abstrações técnicas, o que dificulta não apenas a proteção, mas, sobretudo, a possibilidade de superação e mudança das estruturas que os produzem.

Essa mediação, portanto, transcende um ajuste linguístico; ela diz respeito ao processo histórico de produção de sentidos que fundou a cultura brasileira. Ao formular o conceito de pretuguês, a antropóloga Lélia Gonzalez (1982) destaca o papel central das escravizadas (denominadas por ela “Mãe Preta”) na africanização não só do nosso idioma, mas do ethos do Brasil — em outras palavras, do conjunto de valores e traços que definem o nosso modo de ser coletivo. Amparada na premissa lacaniana de que a linguagem é o que nos constitui como humanos, a autora argumenta que a essência da identidade nacional é negra, fruto da invenção dessa fala e dessa cosmovisão únicas.

Esta prática se manifesta, por exemplo, na adequação dos nomes de redes sociais centrais na experiência digital brasileira, como ocorreu com o WhatsApp, conhecido por suas variantes “whats”, “zap” ou “zap zap”.

Longe de representarem meras simplificações, essas formas reinscrevem o serviço de mensagem na oralidade, ancorando-o no léxico do que é comum, naquilo que as pessoas efetivamente caracterizam. Afinal, os usos socialmente atribuídos à

ferramenta extrapolaram, em muitos casos, as funções inicialmente previstas, levando a sucessivas reformulações por parte da empresa. Contudo, as referidas transformações não configuram uma autonomia plena, uma vez que o domínio sobre o funcionamento, os interesses e a arquitetura desses sistemas permanece estrategicamente concentrado fora do alcance de quem os utiliza. Assim, o abraçamento da marca revela tanto a potência criativa do engajamento popular quanto seus limites em face da ausência de autodeterminação tecnológica.

A engrenagem do risco: entre a pedagogia dos hábitos on-line e a escala do dano

Como vimos, embora o horizonte de uma soberania tecnológica pareça distante, enfrentar as deepfakes demanda, antes de tudo, um processo de apropriação crítica. Isso requer territorializar a questão, retirando-a do isolamento de jargões que se configuram como barreiras deliberadas, projetadas para parecerem insolúveis.

Diante dessa engrenagem, ganha corpo uma dupla que caminha sempre de mãos dadas: a busca contumaz por mais soluções técnicas e a pedagogia dos hábitos online . Dois vetores que, quando articulados, individualizam a gestão dos riscos e deslocam a produção de resposta às falhas e vieses discriminatórios — inerentes a essas arquiteturas — ao desenvolvimento de novos modelos e infraestruturas de última geração, cada vez mais complexos. Nessa dinâmica, legitimam a exploração do trabalho precarizado e a extração predatória de dados e recursos naturais , assegurando aportes vultuosos às grandes corporações, na tentativa de resolver problemas por elas mesmas criados e dos quais, invariavelmente, se beneficiam.

Dados recentes ajudam a dimensionar esse panorama de incertezas. Pesquisa realizada pelo Brazil Forum UK , em maio de 2024, indica que a confiança social na Inteligência Artificial (IA) é baixa. Mais de um terço dos respondentes rejeita a ideia de que a tecnologia torne seu cotidiano mais fácil, melhore diagnósticos de saúde ou reduza acidentes, ao passo que percentuais semelhantes a associam à erosão do debate público, à eliminação de empregos e ao aprofundamento de desigualdades.

Esse quadro se adensa quando entre as principais preocupações figuram golpes (56%) e a falta de privacidade (43%), seguidos pela falsidade ideológica (37%)

e pela desinformação (36%), indicando que tais modelos são percebidos como promotores de fraudes. Também aparecem com destaque questões relacionadas à segurança digital (36%), à dependência excessiva da tecnologia (35%) e à falta de transparência (31%), reforçando a percepção de opacidade. Ainda que fatores estruturais como concentração de poder (24%), viés ideológico na educação (18%) e discriminação racial e/ou de gênero (17%) recebam menos menções diretas, sua presença é sintomática. É revelador que o receio diante desses impactos supere, inclusive, a crença na capacidade dessas aplicações na melhoria de áreas sensíveis, como a saúde. Nesse setor, apenas 20% da população manifesta confiança nos benefícios da IA, ao passo que metade dos respondentes (50%) declara-se abertamente desconfortável com o uso desses mecanismos na medicina. Tal cenário evidencia que, mesmo na ausência de uma significação social estabilizada, os efeitos associados a tais dispositivos — como as deepfakes e deepnudes — já refletem um imaginário social atravessado por sensação de perda de controle sobre seus usos e consequências.

Episódios recentes protagonizados pelo Grok tornam essa constatação particularmente visível. Levantamento da Bloomberg revelou que, em apenas um dia, o chatbot gerou cerca de 6.700 imagens por hora classificadas como sexualmente sugestivas ou de “nudificação”. A gravidade da escala de produção é evidenciada pelo descompasso com o mercado externo, visto que os cinco principais sites especializados nesse nicho registraram, juntos, uma média de apenas 79 novas imagens por hora nesse mesmo intervalo.

Os primeiros casos vinculados a ferramenta nativa do X a ganharem visibilidade no Brasil envolveram a jornalista Julie Yukari, que registrou queixa policial após constatar que uma fotografia em que aparecia deitada com sua gata havia sido manipulada reiteradas vezes e redistribuída como se a mostrasse despida. Relatos semelhantes, como o de Giovanna (nome fictício) — que teve imagens de seus stories alteradas para sugerir nudez —, descrevem sentimentos de choque e humilhação ante a uma autoria desconhecida.



Registros de Giovanna (nome fictício): à esquerda, a fotografia original; à direita, a manipulação digital realizada pelo Grok. Foto: Reprodução/G1.

Em resposta, Elon Musk atribuiu a responsabilidade exclusivamente aos usuários, defendendo a punição individual. Contudo, a chamada 'trend do biquíni' desmente esse enquadramento: as manipulações operam em um ecossistema virulento de engajamento, revelando um processo coletivo de legitimação da violência de gênero impulsionado pela lógica algorítmica.



Exemplos da "trend do biquíni", prática em que fotografias de mulheres foram manipuladas pelo Grok para simular nudez. Foto: Reprodução/G1.

Não é casual que, a despeito das críticas, algumas empresas — como a OpenAI — reorganizem esse tipo de infração ao criar segmentos exclusivos para conteúdo erótico e/ou explícito. Em uma sociedade marcada por relações misóginas e sexistas, a exploração de imagens sexualizadas permanece funcional ao transformar violação em engajamento e, conseqüentemente, em valor econômico.

Essa rentabilidade resguarda a retórica das infrações isoladas, preservando intacta a arquitetura que torna tais abusos possíveis, escaláveis e extremamente lucrativos. Perdendo de vista, portanto, aquilo que perpetua a repetição: os pressupostos políticos, econômicos e sociais que embasam o próprio funcionamento das plataformas. São eles que definem o que engaja, o que é removido e, acima de tudo, o que segue sendo estimulado.

Territorializar os sentidos: por uma apropriação tecnológica crítica

As plataformas operam sob uma racionalidade eurocêntrica, racista e misógina que hierarquiza existências. Essa lógica institucionaliza a desumanização e sustenta um modelo de desenvolvimento baseado na espoliação de corpos e territórios, em afronta direta aos direitos socioterritoriais de comunidades historicamente marginalizadas.

Logo, retomar a ideia de incorporar os significantes deepfakes e deepnudes ao “pretuguês”, como defendido neste artigo, não se limita a compreender riscos ou a elaborar estratégias individuais de autoproteção ante a essas violências. Trata-se de um ato político mais radical. Compreender os modelos de negócio, as arquiteturas e os interesses que alicerçam essas tecnologias, e que tornam possíveis tais violações, é condição para recuperar a autoria sobre os sentidos, os usos e os futuros que se pretendem inevitáveis.

Inscrever ao “pretuguês”, nesse sentido, é ir além da adaptação. Significa gestar outros modos de relação com a tecnologia, fazendo da construção de alternativas uma condição para a preservação da própria vida.